
O Monitor de Angola

No. 4/11

O Monitor de Angola aborda a política, economia, desenvolvimento, democracia e direitos humanos em Angola. Publicado trimestralmente pela Ação pela África Austral (ACTSA, sigla em inglês), também está disponível em inglês.

Esta edição aborda a deportação de líderes da sociedade civil na África austral, o encontro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês) sediado em Angola, os rumores sobre a possível renúncia do presidente José Eduardo dos Santos antes das eleições de 2012, a oposição às propostas de modificação das leis eleitorais, as discussões com a República Democrática do Congo (RDC) sobre petróleo, a venda de propriedades na Cidade do Kilamba, os protestos recentes e as reações das autoridades, os adiamentos dos desalojamentos em Lubango, a condenação de um editor de jornal por calúnia e as recentes inundações no sul de Angola.

Mensagens de nossos leitores são bem-vindas. Por favor envie os comentários para campaigns@actsa.org. Para mais notícias e informações sobre Angola e a África austral, visite o sítio do ACTSA: www.actsa.org.

Política

Líderes da sociedade civil detidos e deportados antes do encontro da SADC

No dia 11 de agosto dezessete líderes da sociedade civil tiveram a entrada em Angola negada e foram deportados ao desembarcarem em Luanda para o Fórum da Sociedade Civil da África Austral. O evento anual que ocorre antes do encontro da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC) pretende incluir a sociedade civil nas estruturas da SADC; sua realização havia recebido o aval do governo angolano.

Abie Dithlake, diretor executivo do Conselho de ONGs da SADC; Austin Muneku, secretário executivo do Conselho de Coordenação dos Sindicatos da África Austral (SATUCC, sigla em inglês) e Malcolm Damon, diretor executivo da Sociedade dos Conselhos Cristãos na África Austral, estavam entre aqueles cuja entrada foi negada sem explicações ao desembarcarem no Aeroporto Internacional Quatro de Fevereiro.

Em declaração, as organizações da sociedade civil envolvidas condenaram veementemente as detenções e deportações: "Nossa detenção e subsequente deportação, do mesmo modo que a de outros delegados da sociedade civil, demonstra a singular determinação do governo angolano em garantir que a sociedade civil não tenha voz nas ações do encontro deste ano; retrata o desdém do governo pelo dialogo com a sociedade civil".

Dois jornalistas moçambicanos também foram deportados. Um grupo de delegados do Zimbábue ficou detido por cinco horas e teve publicações sobre direitos humanos apreendidas. A Federação dos Sindicatos da África do Sul criticou o presidente José Eduardo dos Santos afirmando que "isto é inaceitável, particularmente vindo de quem recebeu a responsabilidade de liderar toda a região em um momento que apresenta desafios preocupantes à democracia, aos direitos humanos e à justiça econômica em toda a região. Isso também coloca em dúvida as realizações apresentadas por Angola sobre sua liberdade de atividade política, circulação da informação e direito à livre expressão."

Angola assumiu a presidência do conselho regional durante o encontro ocorrido nos dias 17 e 18 de agosto. Apesar do relatório sobre o andamento das situações em Madagascar, Malawi, República Democrática do Congo (RDC) e Zimbábue apresentado pelo ex-presidente da

SADC, o presidente da Zâmbia Rupiah Banda, as organizações da sociedade civil se demonstraram preocupadas que não haveriam discussões concretas sobre estes países.

Presidente da Sonagol renuncia

Manuel Vicente, Presidente do Conselho de Administração da estatal petrolífera angolana Sonangol, amigo próximo do presidente José Eduardo dos Santos, anunciou que renunciaria seu mandato no final de 2011. A declaração aumentou as especulações de que ele estaria se posicionando como substituto do presidente José Eduardo dos Santos quando este se afastar. Diversos rumores circulam acerca da aposentadoria do atual presidente desde de que ele evitou falar sobre a questão de sua sucessão durante a última conferência do MPLA em abril. O popular jornal semanário Novo Jornal alimentou os rumores ao reportar que uma fonte do MPLA teria dito que o presidente preparava sua renúncia.

UNITA discorda de proposta de lei eleitoral

A UNITA opôs-se ao projeto de lei eleitoral que retira a responsabilidade das eleições da Comissão Nacional Eleitoral (CNE) e a transfere ao Ministério da Administração do Território, argumentando que a mudança dará mais poder ao governo sobre o processo eleitoral. O partido de oposição busca o estabelecimento de uma comissão eleitoral independente para substituir a CNE, atualmente sob o domínio de membros do MPLA, segundo a UNITA. Em agosto a UNITA boicotou uma sessão especial da Assembléia Nacional em protesto contra a legislação proposta. As inscrições para as próximas eleições, previstas para o fim de 2012, iniciaram em agosto.

Substituído o governador de Luanda

Graciano Domingos foi nomeado governador interino de Luanda após a exoneração, em julho, de José Maria Ferraz dos Santos pelo presidente José Eduardo dos Santos. Há suspeitas de que o governador esteja sob investigação por envolvimento em fraude da ordem de US\$25 milhões. Existem, ainda, alegações acerca de sua vida pessoal circulando na mídia. Domingos é o oitavo governador da província nos últimos dez anos. Embora possua poderes limitados, há forte pressão sobre o ocupante do cargo de governador, nomeado pelo presidente, apresentar resultados.

Estados Unidos oferecem ajuda para as eleições de 2012

O embaixador americano em Angola, Christopher McMullen, informou que o governo estadunidense quer auxiliar Angola nos preparativos para a realização das eleições de 2012. "Discussões estão em andamento em Washington... para incluir recursos destinados ao auxílio que pretendemos dar ao processo eleitoral em Angola no próximo orçamento", afirmou McMullen.

O Embaixador fez o anúncio durante uma visita a Huambo. Disse que o apoio seria dirigido à promoção do diálogo inter-partidário e à educação cívica.

Militares senior morrem em acidente aéreo

Três generais estão entre pelo menos 30 mortos após a queda de uma aeronave militar no aeroporto Albano Machado, em Huambo. O avião, com destino a Luanda, tinha sido comprado recentemente para transportar oficiais da cúpula militar ao redor do país. Entre os mortos estão os tenentes-generais Bernardo Leitão Francisco Diogo e Elias Malungo Bravo da Costa Pedro, antigo diretor do gabinete do líder rebelde Jonas Savimbi. Angola possui uma das maiores forças aéreas da África Subsaariana.

Economia

Operações conjuntas com a RDC no campo petrolífero possíveis a partir de 2014

O ministro dos Petróleos, José Maria Botelho Vasconcelos, informou que Angola poderá compartilhar recursos petrolíferos com a República Democrática do Congo a partir do início de 2014.

Os comentários foram feitos em julho após a assinatura, no mês anterior, de um acordo entre Angola e República Democrática do Congo. "Nosso lado está aberto e preparado", disse o ministro. "Esperamos que o outro lado também envie-nos estes sinais".

O acordo estabelece o compartilhamento de recursos petrolíferos ao longo das fronteiras marítimas entre os dois países. A RDC submeteu à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (Convenção Montego Bay) uma reivindicação para exploração de uma seção do Atlântico que atualmente produz 23 mil barris de petróleo por dia.

Em agosto, Joseph Kabila, presidente da República Democrática do Congo, visitou Luanda para encontrar-se com o presidente José Eduardo dos Santos. Apesar do fato de que nenhuma declaração foi feita à imprensa, acredita-se que o encontro teve a função de discutir o compartilhamento de recursos petrolíferos.

Aprovado novo código mineiro

A Assembleia Nacional aprovou um novo código mineiro em julho. Abre-se, assim, caminho para aumentar a exploração dos recursos minerais do país. O código prevê que a estatal Endiama ficará com 51 por cento de todas as minas de diamante e terá a responsabilidade de autorizar concessões. O código também endurece a legislação contra mineração ilegal de diamantes classificando a atividade como crime contra o Estado. Espera-se que a lei traga mais investimentos para a área de mineração e ajude a aliviar as críticas do FMI, de que Angola seja excessivamente dependente das indústrias de gás e petróleo.

Iniciam-se as vendas de imóveis na Cidade do Kilamba

Os primeiros imóveis do empreendimento Cidade do Kilamba foram colocados à venda pela Sonip, empresa pertencente à estatal Sonangol. Espera-se que os imóveis, avaliados entre 125 e 200 mil dólares, sejam vendidos para grandes empresas e ministérios do governo, pois os valores estão muito acima do que é acessível à maioria da população. A primeira fase do empreendimento será concluída até o fim de 2012 quando serão disponibilizadas moradias para 120 mil pessoas em 13 conjuntos de apartamentos em Kilamba Kiaxi, 30km a sul de Luanda. Outros empreendimentos também estão em andamento em Bengo, Cabinda e Luanda Norte. No ano passado, o presidente José Eduardo dos Santos reafirmou sua promessa de gastar 50 bilhões em um milhão de novas moradias.

Direitos Humanos

Polícia reprime jovens manifestantes

Autoridades angolanas foram acusadas de agir com truculência em reação a uma manifestação de jovens anti-governistas no dia 3 de setembro. De acordo com relatos da imprensa, cerca de 200 manifestantes foram à Praça da Independência de Luanda para pedir a renúncia do presidente José Eduardo dos Santos.

O protesto tornou-se violento após a prisão de manifestantes em um bloqueio de rua. Eles caminhavam em direção ao palácio presidencial para exigir a libertação do organizador do protesto, Pandito Neru, que alegadamente havia sido preso mais cedo naquele mesmo dia. A polícia informa que foram presas 24 pessoas durante o protesto, mas outros relatos apontam para um número maior. A manifestação teve sua realização autorizada pelo governador da província de Luanda.

Manifestantes e grupos de direitos humanos acusam a polícia angolana de agir com truculência. Fontes dizem que agentes da inteligência disfarçados infiltraram-se entre os manifestantes e agiram como agentes provocadores.

Duas pessoas foram hospitalizadas e vários jornalistas necessitaram de atendimento médico. A polícia informou que quatro oficiais foram feridos.

O jornalista Antônio Cascais disse ter sido atacado após a manifestação enquanto dirigia-se para seu hotel. "Agarraram minha garganta violentamente e me atiraram no chão insultando-me e dizendo que eu estava 'instigando confusão'... Pisaram no meu rosto para me imobilizar e revistaram meus bolsos. Pegaram minha máquina fotográfica e telefone, mas não tocaram nos 300 dólares que eu trazia comigo. O objetivo deles não parecia ser me bater ou roubar, somente obter rapidamente as fotos da manifestação." A estudante Diana Pereira que estava na manifestação disse: "As pessoas que promoveram a violência não faziam parte do nosso grupo, não sabemos quem eram. Achemos que foram enviados para, de maneira deliberada, instigar a violência e deslegitimar-nos."

A *Human Rights Watch* fez um apelo para que o governo cesse com a repressão violenta contra os protestos e condenou a polícia por atacar manifestantes e jornalistas com cães e cacetetes.

A polícia negou qualquer violência. O comandante da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, falou sobre as acusações: "Isso não é verdade... as pessoas estão criando fatos para colocar em dúvida a reputação da polícia angolana e das autoridades, estão tentando criar uma imagem negativa para a comunidade internacional".

Manifestantes julgados

Vinte e uma pessoas envolvidas em protestos compareceram em tribunal no dia 9 de setembro; dezoito foram sentenciadas por crimes de desobediência, resistência e ofensas corporais. Cinco organizadores dos protestos foram condenados a penas de três meses de prisão e multa de US\$1.400 por ferir quatro policiais; treze pessoas foram condenadas a 45 dias de prisão enquanto a sentença de dois menores de idade foi suspensa. Os acusados apelaram ao Supremo Tribunal, mas permanecerão sob custódia até que a decisão judicial seja emitida.

A *Human Rights Watch* informou que os acusados tinham ferimentos visíveis quando apareceram no tribunal e que testemunhas relataram um clima de intimidação e assédio.

Protestos continuam

Uma série de protestos ocorreu a partir do dia 3 de setembro. No dia 8 de setembro aconteceu um segundo protesto pedindo a libertação dos presos. 27 jovens foram presos. Afirma-se que o grupo de manifestantes foi negado representação legal ou acesso às famílias e que foram mantidos presos a 60km de distância de Luanda. Todos os 27 foram posteriormente absolvidos pelo juiz devido à fabricação de provas e declarações contraditórias feitas pela polícia.

No dia 24 de setembro milhares de pessoas foram às ruas de Luanda em uma série de passeatas organizadas pelo MPLA para demonstrar apoio ao presidente José Eduardo dos Santos. No entanto, alega-se que os organizadores ameaçaram trabalhadores do setor público, obrigando-os a participar. No dia seguinte a polícia dispersou uma manifestação com cerca de 100 jovens que pediam a renúncia do presidente dez minutos após seu início. Novamente, jornalistas que cobriam o protesto foram alvo de ataques. Antes de ser impedido, o grupo

planejava caminhar até a Praça da Independência de Luanda. Recentemente o governo banuiu manifestações na praça, usada frequentemente como palco para eventos políticos.

Despejos em Lubango são interrompidos

O despejo planejado de 750 famílias no bairro Arco Íris em Lubango no dia 25 de Agosto não ocorreu, conforme era esperado. Visando abrir espaço para uma nova via, as autoridades locais pretendiam remover as famílias para uma área fora do centro da cidade. Moradores reclamaram que a área para onde seriam realocados carece de infra-estrutura básica, como água, eletricidade, saneamento, escolas ou transporte público.

No dia 29 de junho, o administrador da cidade de Lubango enviou aos moradores notificações por escrito dando-lhes trinta dias para deixar a área. Posteriormente a data de remoção foi adiada para permitir que as autoridades locais encontrassem lotes para alocar os despejados. A Associação Construindo Comunidades (ACC), uma ONG local, e a Anistia Internacional haviam feito campanhas contra os despejos.

Editor de jornal é condenado por calúnia

No dia 10 de outubro, o editor de jornal William Tonet foi condenado por calúnia devido a um artigo publicado em 2008 em seu jornal, Folha 8, no qual três generais do exército e o chefe da Alfândega foram acusados de peculato, abuso de autoridade e corrupção. Ordenou-se que Tonet pagasse multa de 10 milhões de kwanzas (US\$106 mil) no prazo de cinco dias, ou passasse um ano na prisão. O Supremo Tribunal só contemplaria seu recurso após o pagamento da multa.

A ONG Repórteres Sem Fronteiras reprova a condenação dizendo que "A calúnia não foi provada e o juiz estava claramente compactuando com aqueles que processaram o jornalista, que há muito tempo tem sido alvo das autoridades."

A ONG levantou diversos pontos sobre o caso que preocupam, dizendo, inclusive, que a sentença deveria ser suspensa uma vez que foi apresentado recurso e que os jornalistas que cobriam o julgamento foram ameaçados e impedidos de desempenhar seu trabalho livremente. O advogado de Tonet, David Mendes, também apontou problemas relacionados ao julgamento. "As conclusões do Tribunal não coadunam com as normas básicas da legislação e o valor da multa é exorbitante", disse.

Assistência e Desenvolvimento

Número de mortos por enchentes é o maior dos últimos anos

O Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, sigla em inglês) comunicou que o número de mortos durante a recente estação chuvosa na África meridional foi substancialmente maior que nos anos anteriores: 477 pessoas morreram, em comparação a sete no ano anterior. O órgão da ONU informou que Angola foi o país mais atingido pelo desastre. Segundo relatório de avaliação da estação chuvosa de 2010-2011, houveram 234 mortes, 67 desaparecidos e 204 mil desalojados e que o sul e oeste de Angola sofreram com pluviosidade substancialmente mais alta que o normal.

Criado o maior parque natural do mundo

Os governos de Angola, Namíbia, Botsuana, Zâmbia e Zimbábue assinaram em agosto um acordo que abre caminho para a criação da maior área de conservação natural do mundo . A *Kavango-Zambezi Transfrontier Conservation Area* (Área de Conservação Transfronteiriça

Kavango-Zambezi), ou Kaza, engloba 36 parques nacionais das cinco nações que compõem a área.

O acordo, assinado em Luanda, cria uma área de conservação com 450 mil quilômetros quadrados, quinze vezes maior que o Parque Nacional do Serengeti na Tanzânia.

O estabelecimento da nova reserva foi bem recebido por ambientalistas, pois tornará frágeis ecossistemas mais resistentes contra as mudanças climáticas, permitindo migrações de animais através das fronteiras nacionais. O diretor do Setor de Biodiversidade na África austral da *World Wide Fund for Nature* (Fundo Mundial para a Natureza, ou WWF), Dr. Neon Nel, disse que "visando uma completa conservação de ecossistemas, devemos olhar para além das fronteiras, para processos como as rotas de migração que funcionam em escala maior. Muitos desses processos são perdidos em parques nacionais."

Os governos envolvidos esperam que a área amplie o potencial turístico da região. No entanto, existem muitos desafios a superar, incluindo o desenvolvimento da infra-estrutura para o turismo e a remoção das minas terrestres que existem em partes de Angola que abarcam o próprio parque.

Intoxicações misteriosas atingem escolas angolanas

Duas crianças morreram e mais de 800 adoeceram em onda misteriosa de intoxicações que afetou diversas escolas angolanas. Foram reportados sintomas como desmaio, vômito, dor de cabeça, irritação na garganta e olhos e dificuldade respiratória, porém a polícia ainda não identificou a toxina misteriosa.

A comandante provincial da polícia de Luanda, Elizabeth Rank Frank, informou que "A polícia está ciente da situação. Até o momento não há explicação para o fenômeno. Nós utilizaremos o tempo necessário para conduzir as investigações... Estamos trabalhando em conjunto com o Ministério da Saúde analisando muitas amostras obtidas em campo para tentar iluminar essa questão. Estamos trabalhando ainda com o Ministério da Educação para reforçar a segurança nas escolas de Luanda."

A polícia prendeu o jornalista da Radio Ecclesia, Adão Tiago, por reportar os casos. Ele foi libertado após 23 horas de interrogatório. Mohamed Keita, coordenador do Comitê para a Proteção dos Jornalistas em África, disse que a prisão "assinala a obsessão do governo em controlar a informação... ao invés de atender à séria crise nacional."

A imprensa foi acusada de gerar histeria em torno dos casos. Uma investigação sobre as intoxicações foi ordenada pelo ministro do Interior.

As matérias do Monitor de Angola não representam necessariamente qualquer posição acordada pelo ACTSA.